

Indivíduos, famílias e comunidades: a emigração portuguesa para Minas Gerais e suas estratégias matrimoniais – séculos XVIII e XIX

¹Mônica Ribeiro de Oliveira

O ‘lugar’ eleito para essa investigação formou-se como reflexo de um amplo movimento migratório de portugueses e naturais da terra, especialmente, os paulistas em direção à região das minas. A imigração se constituía em um traço da identidade cultural do Império Português e os números, às vezes divergentes, comprovam essa importância. Charles Boxer calcula que no século XVI cerca de 2.400 pessoas deixavam Portugal todos os anos com destino à Índia Portuguesa. Já Magalhães Godinho, cita a saída de 3.000 a 4.000 por ano, chegando a atingir 8.000 por volta de 1620. No século XVIII, o fluxo humano teria aumentado consideravelmente, levando a efeitos catastróficos para Portugal.ⁱ Por outro lado, David Eltis ao analisar as variáveis entre a imigração e estratégia em nível global trabalha com números mais baixos. Enquanto os espanhóis tiveram uma média de 2.000 migrantes por ano no século XVI, os portugueses 3.000 por ano no século XVIII e que é provável que antes do século XIX a migração europeia não tenha excedido uma média quinquenal de 10.000 imigrantes.ⁱⁱ

Contudo, afora esses números divergentes, interessa-nos a análise das motivações para tal comportamento populacional dos portugueses e os fatores explicativos apresentados são muitos. As primeiras saídas aconteciam em função do impacto do descobrimento de novas terras, culturas e possibilidades de ganho aos trabalhadores urbanos ou camponeses menos abastados, até a emigração de emissários,

ⁱ Doutora em História Social. Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora- Minas Gerais- Essa pesquisa conta com o apoio d FAPEMIG/PPM e do CNPQ.

embaixadores, missionários e enviados comerciais num amplo processo de alargamento das fronteiras, englobando África, Ásia e Américas. Já a emigração durante as primeiras décadas do XVIII devia-se à febre do descobrimento do ouro e, certamente, o acesso ao poder não necessariamente para amealhar o metal em si, mas pela posse de homens, terras, respeito e status que ele ensejava.

Nas últimas décadas do século XVII para além de fatores sócio-econômicos que em nível local influenciavam a forma predominante da corrente imigratória portuguesa, havia também fatores culturais que acabavam por promover o abandono da paróquia de origem. Entre os primeiros poderíamos citar, genericamente, a pressão populacional (válida para as saídas, comprovadamente, mais numerosas, das regiões do norte e noroeste de Portugal) e também o sistema sucessório. Este contemplaria, teoricamente, todos os descendentes e obrigava-os a criar diferentes estratégias que conciliavam a igualdade entre os herdeiros a indivisibilidade da propriedade, garantindo assim a sobrevivência econômica do núcleo doméstico.ⁱⁱⁱ

Quanto às motivações culturais, nos remetemos ao movimento secular dos povos que se utilizavam da emigração por distintos fatores, seja por sua força conservadora capaz de perpetuar certo agrupamento social no tempo ou, por outro lado, por provocar um estímulo à mudança social. Caroline Brettel ao eleger a emigração como temática principal de seu trabalho, buscou entender o seu significado dentro de Portugal, não apenas como solução às dificuldades da zona rural, a densidade das famílias ou mesmo reflexo do sistema sucessório, comum em outros países europeus. Para ela o recurso à emigração funcionava como uma resposta local às pressões e à necessidade de manutenção de um equilíbrio demográfico. A migração foi analisada como um fenômeno dependente do sistema

sucessório, parentesco, sistema fundiário, ou mesmo como resposta ao comportamento dos níveis de fecundidade.^{iv}

As províncias do norte português por volta de 1709 sofriam fortes impactos das migrações aceleradas para o Novo Mundo. D. João V reedita ordens com objetivo de conter a saída desenfreada segundo as quais para viajar, o pretendente deveria dispor de passaportes. Os capitães de navios por sua vez, podiam sofrer penalizações se não respeitassem tais medidas. Contudo, essas pressões não surtiram o efeito almejado, o que se comprova através da chegada de navios sem a autorização requerida. Os destinos eram as capitanias do nordeste e, principalmente, o Rio de Janeiro, ponto mais próximo para a chegada a região das Minas.^v

Portanto, diferentes motivações, internas, específicas a cada região e período da história de Portugal, levaram milhares de pessoas a migrar para o espaço colonial. Fugir da escassez de recursos, das pressões de ordem natural e do inchamento das famílias diante das alternativas abertas no além-mar de acesso a terra e aos bônus dela advindos, constituíam os principais fatores a explicar o fenômeno da emigração no longo prazo. O espaço colonial abrigou, ao longo dos séculos, inúmeros indivíduos. Nobres, fidalgos, clérigos, mercadores, homens de negócios vários, mas a metrópole expulsou, concomitantemente, milhares de camponeses, homem sem fortuna, honra e prestígio.

Entre 1750 e 1760, 399 responsáveis batizaram 555 ingênuos no Alto da Borda do Campo.^{vi} Utilizo o termo ‘responsáveis’ porque minha opção de levantamento dos registros baseou-se no método de ‘Reconstituição de Paróquias’ através do qual foi criada uma ficha de família a partir da entrada do nome do pai no registro de batismo e a ela foram anexados outros eventos da vida desse indivíduo que puderam ser investigados ao longo da pesquisa. Só que encontramos incluídos nesse

total, 50 registros de ‘pais incógnitos’ e 88 de pais não citados, muitos deles com mães declaradas cativas, outros só com a menção de padrinhos cativos, ou mesmo a simples menção de expostos. Criei também uma ficha de família para aqueles registros abertos pelas mães, contudo, ainda estou buscando uma resposta metodológica de como trabalhar com esses dados. Optei por desconsiderar as inúmeras implicações e diferentes olhares sobre essas mulheres, que inferem questões relativas aos índices de ilegitimidade, ou mesmo a condição das forras, mas que, no momento, não fazem parte da reflexão proposta.

Do total de registros com dados identificáveis entre 1750 e 1760, encontramos um total de 261 famílias. Deste total, 46,7% eram de pais de ascendência portuguesa declarada, com dados detalhados acerca dos avôs maternos e paternos do ingênuo. 38,3% são daqueles considerados naturais da terra e 14,9 de registros de pais ou mães cativas declarados.

Esse percentual de ‘naturais da terra’ é composto por aqueles que não fizeram menção à sua ascendência portuguesa e se auto designaram como moradores da Capitania de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas. Sobressai a referência constante à Taubaté, Guaratinguetá, Santos, Jacareí e Mogi para São Paulo; a capitania do Rio de Janeiro é citada genericamente e para Minas Gerais aparece a citação da Comarca do Rio das Mortes, mais especialmente São João Del Rei, Mariana e a própria Ibitipoca .

A grande presença de paulistas na região das Minas já foi atestada por importantes trabalhos e foco de debates em torno do conflito dos emboabas que opôs, no início do século XVIII, paulistas e portugueses pelo controle das minas. Em outro artigo analisei os significados de ser ‘paulista’ no período. Estes eram, sobretudo, filhos de portugueses nascidos no planalto paulistano de, no mínimo segunda geração, ou já instalados há

anos, possuidores de toda uma organização social, familiar específica, na qual o parentesco possuía uma vital importância a cimentar as relações sociais diante da imprevisibilidade da vida na colônia. Uma sociedade marcada também pela mestiçagem, perceptível pela presença de mamelucos e bastardos entre os colonos.^{vii} A presença destes nos povoados do alto da Borda do Campo está ligada à tradicional trajetória dos indivíduos que saíam do planalto paulistano em direção ao interior em busca de ouro ou apresamento de índios. Igualmente justificava-se pelo acesso à posse de terras em uma área menos estratégica em relação às cidades de Vila Rica, Mariana, Ouro Preto e seu entorno e, principalmente, mais inóspita, o que dificultava a disputa com outros indivíduos e grupos.

Portanto, um segundo movimento populacional ainda no final da primeira metade dos setecentos se estabeleceu, com a chegada de portugueses da região do Minho, noroeste de Portugal, especialmente do arcebispado de Braga e Viana do Castelo (Termos de Barcelos, Guimarães, e suas diversas pequenas freguesias) e também dos arquipélagos dos Açores e Madeira. A presença desses imigrantes portugueses na região corrobora as análises anteriores sobre os fatores e os números da emigração portuguesa no século XVIII para o Brasil. Júnia Furtado - ao estudar a origem dos comerciantes portugueses em Minas na primeira metade do século XVIII -, chegou ao número de 74,4%. Sobre o predomínio de naturais da região norte de Portugal, Iraci Del Nero, ao levantar a população de Vila Rica, chegou a uma porcentagem aproximadamente 68,1% de portugueses provenientes do norte do país.^{viii} Carla Almeida ao investigar a naturalidade da população inventariada nas comarcas mineiras em geral chegou ao percentual de 75,6% de portugueses entre 1750 e 1779. Em uma amostragem mais detalhada a mesma autora encontrou 89% de

homens naturais das províncias do norte e 11% provenientes da região central do país e nenhum do sul.^{ix}

No grupo encontrado no alto da Borda do Campo encontrei uma peculiaridade em relação aos trabalhos acima citados. Observe o quadro abaixo:

Quadro I

Origem do grupo de portugueses do alto da Borda do campo 1750-1760

Origem portuguesa declarada		Originários do Arcebispado de Braga	Originários das ilhas atlânticas	Dados incompletos
Total	122	73	46	3
	100 %	60%	37%	3%

Tal como os trabalhos citados, observa-se a maior presença daqueles portugueses naturais das províncias do norte, da região do Minho, especialmente do arcebispado de Braga. Chama a atenção somente a presença de muitos indivíduos originários das ilhas atlânticas, principalmente do arquipélago dos Açores. A emigração das ilhas da Madeira e Açores para o Brasil iniciou-se desde o século XVI em função das atividades ligadas a indústria açucareira. Considerados experientes no plantio da cana, teriam sido muito importantes na difusão da cultura na América Portuguesa. Sua presença é assinalada também na Capitania de São Paulo, onde atuaram como produtores de cana e nas incursões para o interior. Mas foi a descoberta de ouro que criou um surto emigratório mais amplo, a ponto de decretos régios tentarem impedir o fluxo sem muito êxito. A política do reino português se modificou em 1746, quando o

Conselho Ultramarino decidiu colonizar Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, com vistas a ocupar as estratégicas áreas ao sul da América Portuguesa contra o avanço espanhol. O reino custeou o transporte, concedeu ajuda de custo e garantiu a alimentação dos emigrados por um ano. Foi dada a preferência aos casais para garantir uma colonização de famílias já estáveis nas áreas praticamente vazias de colonização branca. Em 1757 a pressão demográfica e a situação de pobreza da população das ilhas acabaram por provocar a emigração de mais de duzentos casais, além de dezenas de homens solteiros para o sul do Brasil.

Apesar de indícios da presença de imigrantes das ilhas atlânticas em outras povoações da região aurífera, o número encontrado na Borda do Campo superou as previsões anteriores. Certamente, junto à política oficial de introdução de casais, saíram muitas pessoas clandestinamente, por iniciativa própria, estimulados não só pelos fatores de dispersão nas ilhas, mas também pelos fatores de atração: acesso a terras minerais, agricultura e criação, disponíveis no centro-sul da América Portuguesa e, especialmente, a presença de uma população lusa já residente, de primeira ou segunda geração, entranhada no território. O acesso a propriedade de terras, cativos, matrimônios, redes de amizade, parentesco e compadrio desse vasto grupo, possibilitava ao recém chegados as condições necessárias para sua integração. Pelo quadro abaixo podemos ter uma noção mais clara dessa assertiva:

Quadro II

Origem das esposas dos imigrantes portugueses da Borda do Campo

1750-1760

Matrimônio com esposas	Número bruto	%
---------------------------------------	-------------------------	----------

Portuguesas	16	13,4
Mineiras	11	9,2
Paulistas	25	21
Fluminenses	3	2,5
De outras capitâneas	2	1,7
De ascendência portuguesa e mineira	9	7,5
De ascendência portuguesa e paulista	15	12,6
De ascendência portuguesa e fluminense	20	16,8
De ascendência mineira e paulista	5	4,2
De ascendência fluminense e paulista	5	4,2
De ascendência mineira e fluminense	2	1,7
Sem declaração	6	5
Total	119	
%	100	

Dos matrimônios realizados pelos portugueses recém chegados infere-se que apenas 13,4% desse grupo uniram-se a esposas portuguesas. Não tenho como certificar se chegaram casados ou se realizaram o matrimônio no Brasil.^x Ao somar as uniões entre as esposas de ascendência portuguesa e naturalidade mineira, paulista ou fluminense cheguei a um percentual de aproximadamente 40%, ou seja, percebe-se que a maioria emigrou solteira e realizou suas escolhas matrimoniais na nova terra. Depreende-se que a escolha matrimonial se tornava uma importante instância de reconstituição dos laços familiares, gerando o fortalecimento dos laços de identidade, em uma conjuntura de expansão de fronteiras e estabelecimento das redes relacionais no novo espaço.^{xi}

Essa readaptação às novas condições da colônia, esse novo aprendizado realizado por esses recém chegados dependeu de sua integração com os outros habitantes desse espaço fossem eles africanos, indígenas, mamelucos, pardos ou, simplesmente, *paulistas*. A pré-existência de fronteiras sociais entre os grupos em questão, a manutenção de critérios de identificação, bem como a possibilidade de compartilhamento desses critérios na vida social, impediu a dicotomização dos grupos.^{xii} Muito pelo contrário, o encontro desses indivíduos e grupos inseridos em um meio natural adverso, estimulou a transposição dos desafios próprios da expansão sobre áreas de fronteira.

O matrimônio, preferencialmente entre famílias de primeira ou segunda geração de portugueses no Brasil, atuava como uma importante estratégia de enraizamento dos recém chegados. Esse comportamento permitiu que todos agissem sob a mesma finalidade, ou seja, recriar laços sócio-familiares, multiplicar as possibilidades de crescimento, perpetuar o grupo familiar e garantir o pagamento dos altos tributos cobrados, tal como um contrato.^{xiii}

Percebe-se a reiteração outra estratégia, já percebida em outros trabalhos, entre portugueses e os nascidos na terra: a extensão das redes relacionais por meio dos apadrinhamentos. O importante trabalho de Marta D. Hameister, centrado basicamente em registros de assento de batismo, buscou reconstituir a trajetória de uma comunidade no Sul do país para entender o significado da formação das identidades e alianças através desse sacramento. Utilizando como fio condutor o conceito de ‘família corporativa’, a autora analisou as estratégias matrimoniais através dos casamentos endogâmicos e a extensão das redes relacionais através do compadrio. Hameister tentou perceber através dos comportamentos familiares e de grupos, os ganhos obtidos, as estratégias que estavam subjacentes às escolhas e direcionavam as ações, bem como a importância da equidade e da reciprocidade ao guiar essas relações.^{xiv}

Tanto esse trabalho como uma série de outros comprovam que as sociedades setecentistas serviam-se dos arranjos e alianças a pia batismal, para dar significado às suas existências diante do novo, do inusitado, ou seja, a nova terra a ocupar, os recursos naturais a desenvolver e voltá-los ao consumo, as relações sociais a reconstruir. Na comunidade eleita para essa pesquisa o comportamento encontrado não foi divergente do delineado acima. No que se refere à origem étnica (portugueses recém-chegados e nacionais) não se percebe nenhuma lógica nos apadrinhamentos que remeta à idéia de exclusão. O apadrinhamento é usufruído por todos, dos mais abastados aos camponeses, como forma de aproximação e extensão dos laços de afinidade.

No entanto, subjaz o comportamento de consolidação dos laços familiares entre aqueles de condição social mais abastada, perceptível na troca de posição entre indivíduos, ora na condição de pais, ora na condição de padrinhos sem, contudo, a realização de matrimônios

consangüíneos. Concomitantemente percebe-se, para as famílias com menor posse de escravos e baixa produção agrícola, a busca de padrinhos de igual, ou melhor, condição social, permitindo-nos aduzir que o compadrio, além de referendar alianças, relacionava-se com a obtenção de prestígio social para aqueles menos abastados que, em retribuição, ofereciam respeito, lealdade, além da maior probabilidade deste ato de constituir ‘pontes’ entre universos sociais distintos.^{xv}

O cruzamento dos dados permitiu-me acompanhar alguns indivíduos e seus grupos familiares no momento de formação e extensão de suas relações sociais, tendo em vista que uma nova comunidade ali se formava, com elementos de diferentes culturas, sejam entre as famílias lusas do norte do país, outras das ilhas do arquipélago dos Açores, somados aqueles provenientes da Capitania de São Paulo, Rio de Janeiro e do próprio espaço regional da Comarca do Rio das Mortes, para além da presença de escravos e índios. Grupos com diferentes orientações valorativas em busca de formas de convivência comunitária. Evidentemente essas interações eram permeadas por tensões, uma vez que cada um buscava a maximização de seus interesses, seja através da extração de ouro ou através de uma produção agrícola mais voltada para o mercado.^{xvi}

Em uma sociedade na qual as atividades econômicas e as formas de endividamento eram marcadas pelos laços de afinidade que, se não determinavam as ações, modificavam as condições, prazos, juros e preços, a análise das dívidas ativas e passivas através dos inventários se apresentou como uma instância de entendimento do comportamento sócio-econômico. Contudo, esse instrumento revelou-se ineficaz para a comunidade em estudo. Encontrei pequenos empréstimos ainda minimamente formalizados, característicos de uma sociedade parcamente

monetizada. O próprio mercado, ainda embrionário, estava sendo aberto pelos mais abastados e incluía uma gama de pequenos outros proprietários que recorriam a ele de forma pouco regular. As dívidas apareciam nos inventários, apenas com a menção do nome e o valor, sem nenhum título de mão ou recibo de saldo assinado, apresentando, na maioria das vezes, a indicação de que foram acertadas.

Evidentemente que essas frágeis e recentes alianças não eram suficientes para assegurar a ausência de problemas. Considero as ações de ‘justificação de dívidas’ e ‘prestação de contas’, encontradas na documentação cível, como registros que aduzem a idéia de conflito.^{xvii} Através delas eram arrolados os nomes dos devedores, o valor das dívidas e realizado um acordo sobre o prazo para o pagamento. Observa-se que formalizavam o empréstimo e o endividamento especificamente para dívidas relativas a terras e escravos, portanto nos empréstimos que envolviam produtos e valores mais altos e também quando as partilhas envolviam menores sob tutela. Ou seja, através dessas ações, indivíduos e famílias buscavam a intermediação da justiça para formalização da dívida e compromisso de ressarcimento, portanto em uma situação de intervenção legal já que a instância de resolução informal e costumeira estava esgotada.

Outra importante questão que remete a um comportamento de fronteira é a ausência de uma sociedade marcada por estratégias de parentesco consangüíneo, traço muito comum em sociedades agrárias, só que mais enraizadas, nas quais se percebe essa prática vinculada a uma preocupação de preservação e manutenção do patrimônio entre grandes famílias. Se há uma tendência a endogamia na sociedade em estudo, ela se dá entre aqueles de mesma condição social, mas não necessariamente dentro das famílias extensas através de uniões entre primos, tios e sobrinhas ou de matrimônios unilaterais, bilaterais entre duas grandes

famílias. Eram todos recém chegados, assentados em propriedades agrárias dispersas e, portanto, uniam-se de acordo com as alternativas restritas dentro das comunidades, caracterizadas por poucos momentos de sociabilidade. O matrimônio atuava como uma instância de encontro, uma oportunidade para o estabelecimento das primeiras relações sociais.

A configuração familiar encontrada é a do tipo nuclear, mas não em seu sentido estrito, havendo possibilidade de co-residência entre primeira e segunda geração. Portanto, o grupo doméstico era gerido pelo chefe da família, associado ao trabalho da esposa, filhos e cativos. O sucesso da empreitada familiar dependia da atuação de todos os componentes, mesmo os casados. Esses novos lares utilizavam parte do patrimônio familiar paterno como seu, como uma forma de potencializar sua nova unidade. Nas partilhas encontrei indicações de bens sob a custódia dos filhos, como potros, bois e, principalmente, escravos. Através do comportamento nos dotes, percebi a mesma tendência. Dotava-se uma filha com bens que podiam fortalecer e multiplicar a unidade doméstica, mesmo se esses bens fossem, para os pais, bastantes exíguos. A convergência de interesses entre pais e filhos nessas situações atuava como uma estratégia para o sucesso da empreitada.

O número de filhos de filhos era alto, numa média de aproximada de 8 por unidade, com intervalos inter genésicos de 2 anos. A disponibilidade de terras, mão-de-obra, bem como a estabilidade entre os casais, atuava como fatores que estimulavam esse padrão da demografia familiar. Por outro lado, sendo grande parte dessas comunidades marcadas pela presença de unidades de padrão camponês, o maior número de filhos vinculava-se a outra possibilidade: a potencialização da unidade produtiva através do maior número de filhos ao proporcionarem mais braços para o trabalho e administração da unidade.^{xviii} O modo de vida rude, com poucos

móveis, utensílios e objetos, eram compensados pelas maiores possibilidades de produção agrícola e investimentos em mão-de-obra escrava.

Com relação à configuração familiar recriada nas novas terras ocupadas Donald Ramos defende a presença de um elo de convergência entre o norte de Portugal e o Brasil, que teria permitido a permanência de alguns caracteres minhotos nos domicílios mineiros. A configuração que definia o norte [Portugal] era *“moldada pela ausência de homens e caracterizada por casamentos tardios no tocante às mulheres, baixas taxas de casamento entre a população geral, baixa proporção de famílias nucleares, bem como altas taxas de ilegitimidade e abandono”*.^{xix}

Para o autor essas mesmas características teriam sido identificadas especialmente na região do ouro: predominância de noivos do norte de Portugal e menor presença de mulheres portuguesas. A posterior crise do ouro teria levado a imigração e a uma desproporção entre o número de homens e mulheres o que o leva a concluir que o movimento de homens mineiros em busca de novas oportunidades econômicas foi semelhante à constatada entre os homens do norte de Portugal. Esse complexo movimento teria interferido na formação da família e configuração do casamento.

Em linhas gerais concordo que valores sociais e culturais do norte de Portugal tenham influenciado o comportamento familiar no espaço colonial, no entanto, considero que existe um traço fundamental que difere essencialmente esses comportamentos. Os dados encontrados a partir de 1720, ou seja, após a diáspora paulista pelos sertões em consequência das notícias do descobrimento do ouro, me permitem afirmar que a movimentação interna posterior não se deu por homens que emigravam em busca de oportunidades simplesmente. Esta ‘escolha’ estava orientada por

série de fatores conjunturais. A escassez do ouro levou a diversificação das unidades produtivas e sua maior integração às redes de mercado interno. Portanto, as áreas mais estrategicamente localizadas eram as mais desejáveis. A extensão das relações sociais por meio da política matrimonial ensejava a realização de alianças que não podiam se restringir à localidade, sob a ameaça de não se sustentarem. A constituição de lares e unidades domésticas nos limites da comarca do Rio das Mortes, ou até em outras capitanias mais ancestrais, constituía-se nas alternativas mais viáveis uma vez que teriam disponibilidade de terras a ocupar, além do acesso às doações de sesmarias. Na localidade em estudo não se percebe uma mudança na configuração familiar, através da diminuição do número de homens e aumento de lares chefiados por mulheres. Como esses grupos eram estendidos e fortemente inter relacionados, as alianças matrimoniais eram realizadas fora dos limites da vizinhança e os casais recém formados partiam para novas áreas, abriam fronteiras, iniciavam processos produtivos e tendiam a reproduzir o mesmo comportamento cultural assinalado anteriormente, como os casamentos endogâmicos, arranjos e alianças sociais através do batismo.^{xx}

Contudo, a imigração como traço revelador de uma configuração familiar própria no espaço colonial torna-se mais factível de ser percebida quando realizada pelos mais abastados. Nas duas últimas décadas do século XVIII não encontrei descendentes desse extenso grupo de paulistas, fluminenses e portugueses que ocuparam o alto da Borda do Campo nos meados do XVIII. Certamente eles engrossaram o longo processo de expansão das fronteiras e reocupação de terras no clássico movimento de dispersão de ‘mineiros’ por diversas regiões do centro-sul da América Portuguesa.

Para além dessas mudanças permaneceram os mesmos traços da hierarquia de fortunas que identificavam esses grupos nas duas primeiras décadas do XVIII, tal como dispostos no quadro 1: de um lado, grande número de pequenos proprietários de cativos, convivendo com um menor grupo de médios, e reduzido número de grandes proprietários, no controle de maior parte da escravaria. Como citado anteriormente a comunidade em estudo foi marcada pela transitoriedade de pessoas, muito característica da fase inicial da extração aurífera. Grupos nômades, acompanhando o leito dos rios, realizando explorações menos invasivas nas encostas das montanhas. Com o escasseamento do ouro de aluvião a tendência natural dos grupos foi um processo de sedentarização e montagem de unidades de extração mineral ou mistas, de extração mineral e exploração agrícola pastoril. Nessa conjuntura, muitos povoados passaram por uma diminuição rápida e drástica das possibilidades de extração, restando àquelas unidades ali implantadas o investimento na agricultura e pastoreio voltados para o abastecimento interno e estabelecimento de vínculos com o mercado para venda dos excedentes. Essa atividade, mais regular e menos incerta, foi assumida pelas comunidades em foco. Plantar, criar e, secundariamente, minerar. Essa se tornou a alternativa para grupos familiares inteiros. Mas, por que permanecer em uma área inóspita, que oferecia além de pouco ouro, muitas dificuldades de trânsito de pessoas e mercadorias? A saída para outras áreas, verdadeiras fronteiras disponíveis para ocupação, aproveitando os laços sócio-econômicos já estabelecidos, tornou-se a melhor saída.

Considerações finais:

Tentei no decorrer desse artigo acompanhar a trajetória de uma comunidade e seus indivíduos no espaço e no tempo. A análise das

escolhas realizadas no momento da abertura da fronteira mineral e agrícola, as regras comunitárias criadas e as transformações processadas na família no longo prazo me permitiram uma maior aproximação com o comportamento sócio-econômico das sociedades agrárias setecentistas. Grupos e indivíduos buscavam a potencialização de suas oportunidades, ordenando seus recursos, interesses e necessidades particulares, nem sempre semelhantes.

Ao acompanhar um agrupamento social original em uma área de fronteira que se reproduzia pela incorporação de outros espaços, identifiquei os diferentes matizes do comportamento familiar: a escolha matrimonial, a esfera do nascimento, a formação dos laços de parentesco rituais, as opções de ir e vir, ao cruzar o atlântico, capitânicas, estabelecer-se no alto de uma serra, descer e emigrar para outras áreas mais promissoras, dentre outras. Essas trajetórias revelaram-se como diferentes respostas a série de desafios que foram surgindo no decorrer de suas vidas. Para os primeiros povoadores, o alto da Borda do Campo não chegou a se constituir em sua comunidade, agiam como errantes. O matrimônio e a formação da família seriam realizados em outras paróquias. Já o agrupamento posterior, formado pelos portugueses e famílias de paulistas, fluminenses e os próprios mineiros, começou a fincar raízes. Criaram uma política matrimonial que possibilitou a transposição das barreiras e levou a formação de uma comunidade estendida pelos laços de parentesco rituais e não necessariamente consangüíneos, uma vez que estavam recriando os primeiros laços de identidade na nova terra que os abrigava. Tinham que funcionar com regras comunitárias capazes de possibilitar o acesso de todos aos recursos naturais, ao mercado e aos tributos cobrados. Alguns conseguiram desenvolver as suas unidades domésticas, tiraram proveito dos privilégios e mercês concedidos. Tornam-se sesmeiros, tenentes e capitães

de ordenança.^{xxi} Outros, como parte da complexa hierarquia social da América Portuguesa, se mantêm como pequenos e até despossuídos convivendo lado a lado com os mais abastados. Os ascendentes diretos desse grupo, a segunda geração, passou por outra série de enfrentamentos. O escasseamento do ouro, bem como das terras mais estrategicamente localizadas se colocavam como importantes obstáculos a serem ultrapassados. Outras áreas próximas estavam sendo incorporadas ao avanço da fronteira agrícola e mercantil e as redes de aliança se estendiam para fora da Comarca do Rio das Mortes e da própria Capitania mineira ensejando a diversificação dos investimentos. Essa nova geração detentora de uma herança de bons contatos e alianças se expande, incorpora terras, realiza uma política matrimonial mais ostensiva de união e preservação de patrimônio e status.

Essas reflexões só se viabilizaram na medida em que, me servindo das proposições da micro história, reduzi a escala de investigação em busca dos acompanhamento das trajetórias dos indivíduos e seu entorno consubstanciado na família e na comunidade. Percorri todo um caminho através das fontes buscando reconstituir os caminhos e descaminhos dos grupos eleitos inicialmente através de seu assento de batismo em uma povoação mineira do século XVIII.

Por outro lado, estar diante de certas escolhas realizadas dentro de um universo de possibilidades não me habilita a tratá-las como únicas ou, por outro lado, tratá-las como tipificadoras de todo comportamento familiar da América Portuguesa. As escolhas realizadas por esses indivíduos no tempo e no espaço, aqui explicitadas, constituem uma das possibilidades de compreensão do comportamento familiar no universo agrário setecentista, bem como devem ser analisadas como parte do

conjunto de práticas e cultura política do Antigo Regime, ao adquirir diferentes significados na América Portuguesa.

ⁱ RUSSEL_WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Portugal:Difel, 1998.p. 95

ⁱⁱ ELTIS, David. Migração e estratégia na história global. IN: FLORENTINO, M. MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão*, vol 1. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003, p. 18.

ⁱⁱⁱ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX). IN: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*.Caxambu: ABEP, 2004.Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd35/margarida.pdf

^{iv} BRETTEL, Caroline B. *Homens que partem mulheres que esperam*. Conseqüências da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991; LOBO, Marta. O pico de regalos e sua população, 1554-1979, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, 1992.

^v RUSSEL-WOOD. op cit. p. 94

^{vi} Não consegui mapear a primeira metade do século XVIII, a não ser pelos Registros de Captação de 1715, acima analisado, que nos dá indícios da presença dos primeiros mineradores. Os dados subsequentes referem-se à segunda metade dos setecentos e está sendo realizada uma varredura de todas as informações possíveis sobre as localidades, a partir do levantamento nominal de cada indivíduo que pagou impostos, batizou seus filhos, abriu inventário e demais processos cíveis. A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento.

^{vii} OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. O lado oculto da opulência: comunidades rurais no século XVIII mineiro. IN: *VII Jornadas Setecentistas*. Curitiba: CEDOPE, 2007. Disponível em: http://people.ufpr.br/~vii_jornada/2textos_VII-J.pdf pp.257-268

^{viii} FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 154 e COSTA, Iraci Del Nero. Vila Rica: população (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979, p. 218.

^{ix} ALMEIDA, Carla M.C. Trajetórias Imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. IN: ALMEIDA, Carla. M.C. e OLIVEIRA, Mônica.R.O.(org) *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*.Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006, PP. 77-80.

^x Os registros de casamento que ainda não foram levantados poderiam responder a essas questões.

^{xi} Carla Almeida concluiu diferentemente desse quadro, que a maciça presença de noivos naturais da província do norte de Portugal (86,7%) se uniu a mulheres nascidas na região das Minas (83%). Na comunidade em foco, encontramos apenas 9,2% de noivas oriundas do espaço regional stricto sensu. ALMEIDA, Carla. op. cit. p. 76

^{xii} BARTH, Frederick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 200.p. 25-30

^{xiii} A cobrança da capitação é um bom exemplo desse “contrato”. Como seu montante era determinado pela Coroa com base na propriedade escrava de cada habitante, cobrá-lo devidamente e fazer com que todos pagassem constituía em obrigação, para que o ônus pudesse ser partilhado.

^{xiv} HAMEISTER, Marta D. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2006.

^{xv} CUNHA, Mafalda S. *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 441.

^{xvi} BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

^{xvii} Ações de Justificação de Dívidas e Prestação de Contas – Arquivo Mendes Pimentel- Barbacena

^{xviii} Acreditamos que no caso brasileiro, o modelo de campesinato delineado por Chayanov, no qual o grau de atividade agrícola é que determinaria a composição da família (o camponês providencia uma família de acordo com a sua segurança material) é plenamente adequado. Estimulada pela disponibilidade de terras e daí do seu grau de atividade agrícola, a organização familiar ensejava o aumento do número de

filhos e a redução dos intervalos intergenésicos: mais braços para a potencialização das oportunidades. Esse, certamente, pode ser considerado um traço do campesinato constituído na América Portuguesa dos setecentos. IN: OLIVEIRA, Mônica R. de. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais. op. cit. p.186.

^{xix} RAMOS, Donald. XXXX *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p. 140

^{xx}Recentes trabalhos têm revelado interesses em analisar as teia de relações familiares e estratégias sócio-econômicas das elites que remontam ao século XVIII. No processo de montagem do sistema exportador cafeeiro da Zona da Mata mineira, entre 1780-1870, muitas das famílias constituidoras desse núcleo, possuíam suas raízes no Termo de Barbacena e São João Del Rei. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870. Bauru: EDUSC, 2005. Ver também FERREIRA, Marieta Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

^{xxi}No levantamento feito no Arquivo Ultramarino tive acesso a varias solicitações de mercês, não só de sesmarias, mas de capitães de cavalaria, infantaria, dentre outras. Essas solicitações apresentam-se como uma outra instância de investigação do comportamento dos indivíduos e grupos, questão esta que será tratada em outros trabalhos.